

Centro: Jurídicas

Curso: Direito

Título: TUTELAS DE URGÊNCIA-ANTECIPADA E CAUTELA.

Autores: Passos, J.O. Castro, L.

Email: clce@ig.com.br

IES: ESTÁCIO
CURITIBA

Palavra Chave: Tutelas de Urgência Tutela Antecipada Tutela Cautelar

Resumo:

O presente trabalho curso tem por objetivo analisar as tutelas de urgência e sua aplicabilidade pelos operadores do direito. Pretende-se no transcorrer do trabalho, tecerem-se comentários acerca de cada espécie de tutela de urgência – tutelas antecipada e cautelar -, conceituando-as e elencando os seus respectivos pressupostos legais imprescindíveis à concessão, relacionando-os e os distinguindo; Evidenciar a diferença que perdura entre uma e outra tutela de urgência, aclarando quanto à possibilidade de incidência do princípio da fungibilidade entre tais institutos jurídicos, demonstrando a sua relevância à efetivação do direito do autor, evitando-se que o formalismo processual obstaculize sua usufruição. Utilizar-se-á, outrossim, o método dedutivo, baseado na construção doutrinária e jurisprudencial alusivos ao tema em debate e o método do procedimento específico será o da pesquisa bibliográfica, através de artigos jurídicos, doutrinas, revista jurídicas, legislação constitucional e infraconstitucional. Para um melhor entendimento quanto à questão desenvolvida, encontra-se a mesma assim dividida: No primeiro capítulo haverá breve exposição acerca das tutelas/medidas de urgência objetivando demonstrar que as tutelas são espécies do gênero liminares. Já no segundo capítulo discorrer-se-á concernentemente à tutela antecipada, seu conceito, finalidade, requisitos legais e outras considerações relevantes. No terceiro capítulo explicitar-se-á acerca da tutela cautelar, dentre outros, com enfoque em seu conceito, finalidade e requisitos legais. No quarto capítulo far-se-á a distinção existente entre as tutelas de urgência – antecipada e cautelar. No quinto e último capítulo aclarar-se-á relativamente ao princípio da fungibilidade aplicável entre tais tutelas de urgência sobre a ótica da Lei 10.444/2002. Por derradeiro, apresentam-se as considerações finais, seguidas da citação das referências bibliográficas norteadoras deste trabalho.

